



CPCJ

SANTA MARIA DA FEIRA

**COMISSÃO DE PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS**

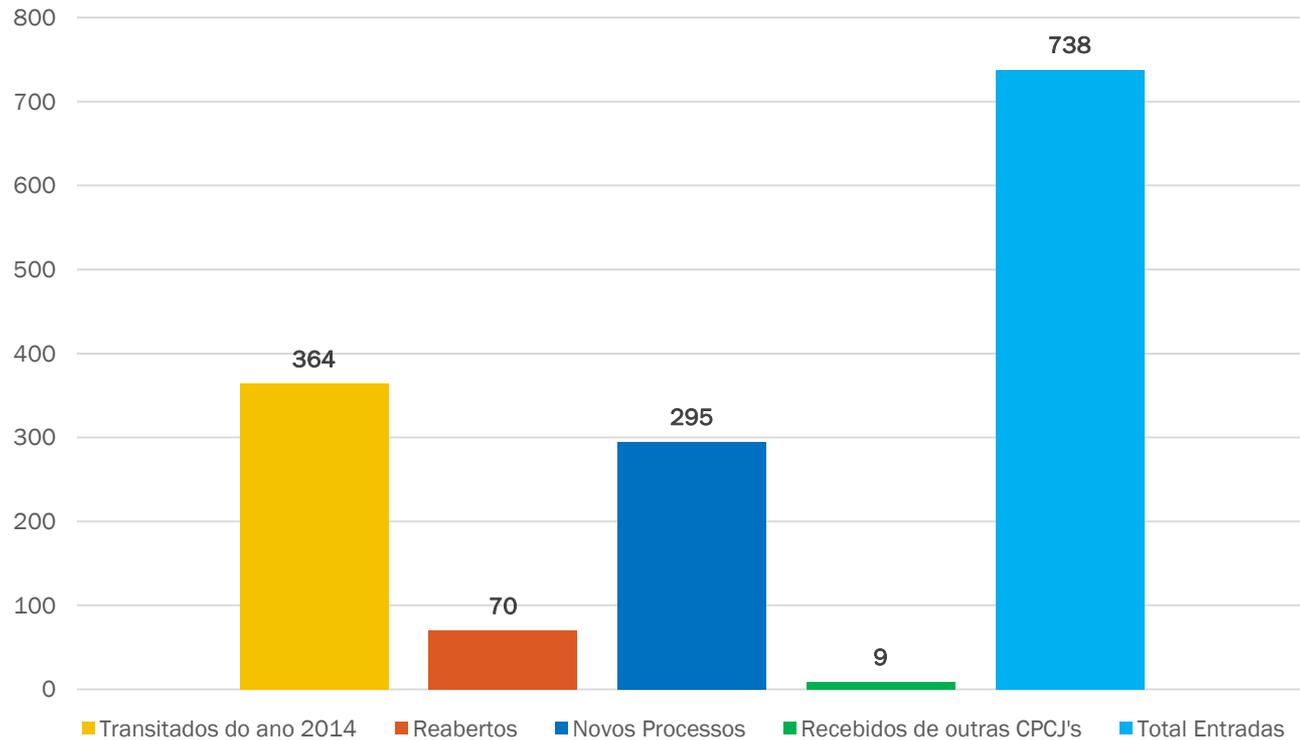
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADE 2015

Nenhum de Nós é Melhor que Nós todos Juntos!



CARATERIZAÇÃO PROCESSUAL

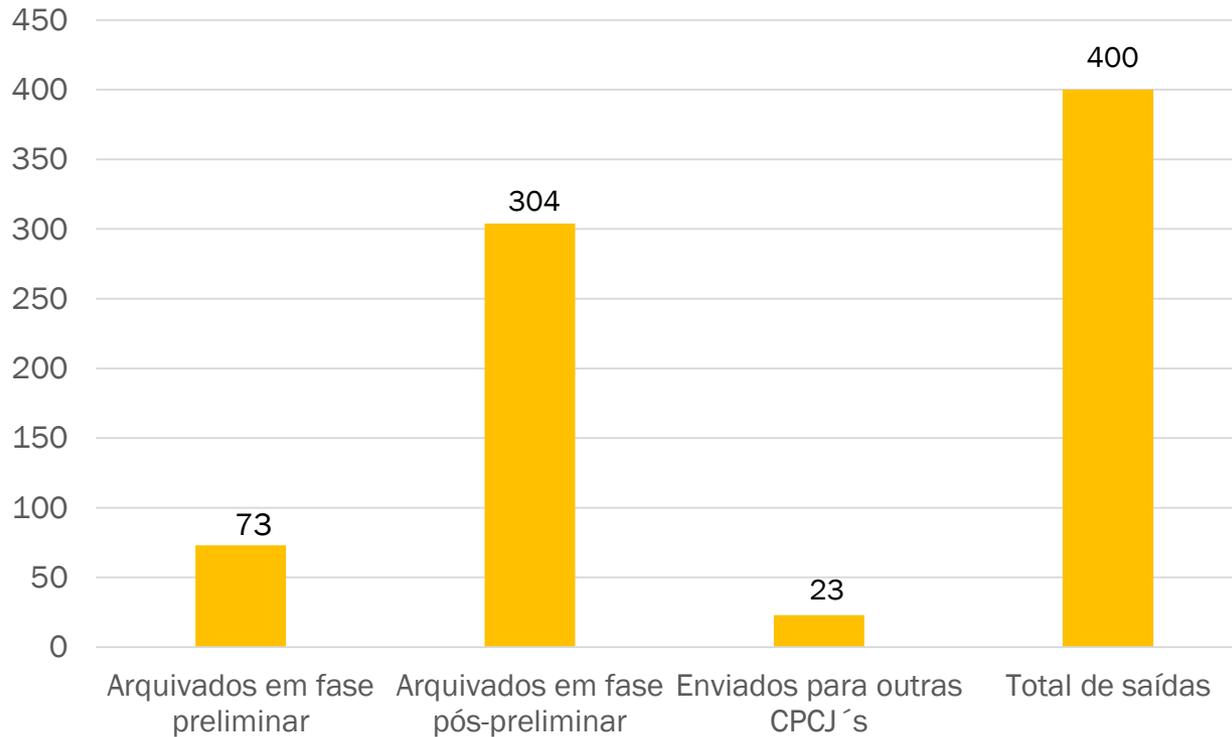
Entrada de Processos em 2015



Nenhum de Nós é Melhor que Nós todos Juntos!

CARATERIZAÇÃO PROCESSUAL

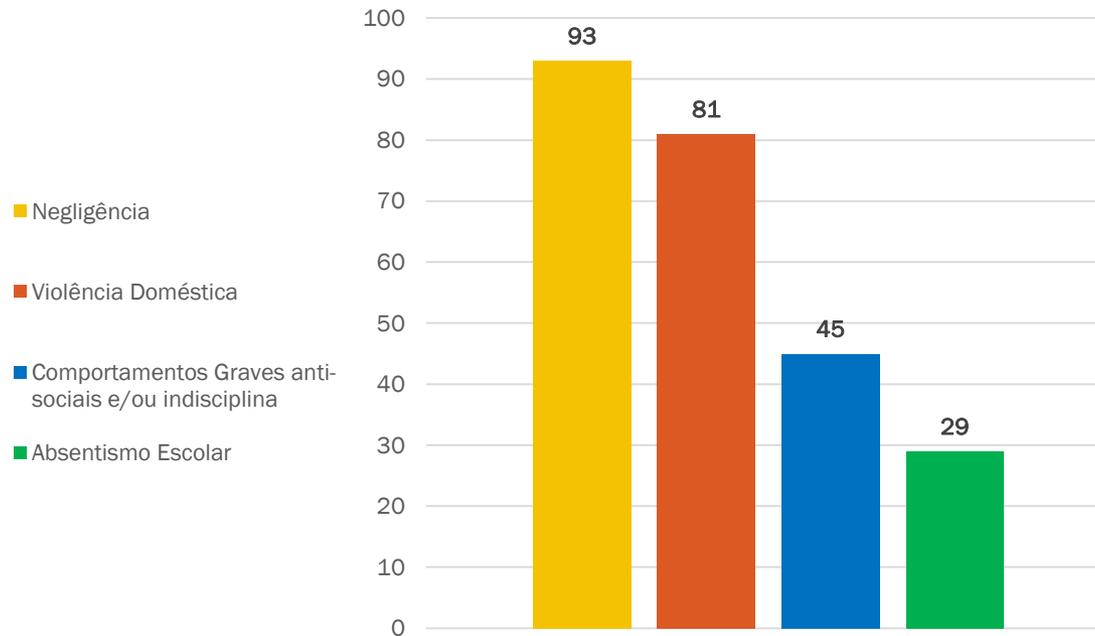
Saída de Processos



Nenhum de Nós é Melhor que Nós todos Juntos!

CARATERIZAÇÃO PROCESSUAL

Problemáticas mais Sinalizadas em 2015



Nenhum de Nós é Melhor que Nós todos Juntos!



CPCJ
SANTA MARIA DA FEIRA
COMISSÃO DE PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS

PLANO DE AÇÃO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA



"Nenhum de Nós é Melhor que Nós
Todas Juntas!"

2016

PLANO DE AÇÃO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS 2016

INTRODUÇÃO

O atual modelo de proteção de crianças e jovens em risco, em vigor desde Janeiro de 2001, apela à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas CPCJ, capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. As Comissões de Proteção de Menores, criadas na sequência do Decreto - Lei nº 189/91 de 17/5, foram reformuladas e criadas novas comissões, de acordo com a Lei de Promoção e Proteção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, significativamente modificada pela Lei 142/2015, de 08 de Setembro.

A CPCJ de Santa Maria da Feira entende que a sua modalidade alargada, agora com o seu papel reforçado pelas disposições da citada Lei 142/2015, tem o relevante papel de desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de risco e perigo para a criança e jovem, refletindo-se na construção deste Plano de Ação de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, doravante designado por PAPPDC.

O PAPPDC aqui apresentado mantém-se, na sua essência, como um exercício de cidadania, pois envolve pessoas que para além do seu campo de vivência, permitem a transposição de barreiras e preconceitos em benefício do outro, da criança. É um meio para que haja maior consciencialização de cada um de nós, indivíduos de uma comunidade, diante do papel que cada um e todos juntos desempenham na sociedade, além de despertar o sentimento de solidariedade.

Com o presente plano pretende-se “**despertar consciências**” para esta, cada vez mais sensível à problemática da “proteção da Criança” e discutir com todos os parceiros a melhor forma de colaboração à luz da nova legislação e do interesse comum para se conseguir a melhor resposta.

1.1. EIXO I. DESPERTAR CONSCIÊNCIAS

Objetivo Geral: Disseminar informação de forma a consciencializar as comunidades locais para a promoção e protecção dos direitos da criança

Objetivo estratégico	Meta	Público-alvo	Atividade	Indicadores de resultados	Coordenadores da Ação
Divulgar a atividade da CPCJ através das redes sociais	Até 31 de dezembro de 2016 manter a página facebook atualizada	Comunidade em geral	Página Facebook	Nº de visualizações facebook	Lúcia Silva Daniela Caprichosa Margarida Alfama Ana Castanhola
Divulgar e sensibilizar sobre a atividade da CPCJ através da comunicação social	Uma notícia, bimensal, num dos meios de comunicação social local	Comunidade em geral	Publicação bi- mensal nos jornais locais e rádios	Nº de artigos publicados	Fap Feira – Obra Frei Gil – APPV – Rosto Solidário – Saúde – PSP/GNR
Refletir e sensibilizar a comunidade concelhia para os maus tratos na infância e juventude	De 1 a 30 de abril de 2016, distribuir o Laço Azul e folheto informativo sobre a campanha	Comunidade em geral Estabelecimentos de ensino/ensino secundário; e Movimento associativo	Campanha “Laço Azul”	Nº EPL e Escolas envolvidas na distribuição Nº de laços distribuídos	Lúcia Silva Ana Vita Sofia Silva Ana Oliveira
Assinalar a “Convenção dos Direitos da Criança” dia 20/11/2016 (Dom)	De 14 a 20 de novembro de 2016	Comunidade em geral	Publicação de artigo na Comunicação Social Facebook	Artigos publicados Nº visualizações facebook	Márcia Correia Daniela Caprichoso

1.2. EIXO II. MUDAR ATITUDES E COMPORTAMENTOS

Objetivo Geral: Disseminar informação de forma a consciencializar as comunidades locais para a promoção e proteção dos direitos da criança e ampliar estratégias e metodologias de intervenção social e de avaliação

Objetivo estratégico	Meta	Público-alvo	Atividade	Indicadores de resultados	Coordenador da Ação
Incrementar o papel da comunidade educativa no sistema de promoção e proteção, na prevenção dos maus tratos e negligência.	Até 31 de dezembro de 2016 Ações de sensibilização dirigidas às escolas	Direção Coordenadores dos Diretores de turma do 1º, 2º e 3ºs ciclos Psicólogos dos agrupamentos de escolas	Ações de sensibilização	Nº de agrupamentos envolvidos Nº de sessões realizadas Nº de participantes	Lúcia Silva Daniela Caprichoso Amélia Petiz
Incrementar o papel das IPSS na promoção dos direitos das crianças e na prevenção de situações de risco	Até dezembro de 2016, realizar ações de sensibilização sobre o papel das IPSS no sistema de promoção e proteção das crianças e jovens	Dirigentes e técnicos das IPSS das freguesias de Argoncilhe, Escapães, União LGLG e União de Canedo, Vale e V. Maior	Ação de sensibilização	N.º sessões realizadas N.º participantes	Margarida Alfama Sofia Silva Liliana Moura Fernando Moreira Ana Castanhola
Dotar de competências para a área dos comportamentos aditivos	Realizar 4 sessões	Técnicos das IPSS	Sensibilização para a intervenção de comportamentos aditivos	Nº de participantes Nº de sessões	Teresa Cardoso Lúcia Silva Ana Vita
Partilhar experiências relativamente à articulação entre as CPCJ e o Ministério Público /Regulação das responsabilidades parentais	Até dezembro de 2016, dinamizar um encontro regional das CPCJ regionais, Ministério Público, Parceiros Sociais	Técnicos das CPCJ, MP e Técnicos tutelar cível, Cafap e sociais	Encontro de trabalho (área influência do Tribunal Família Menores Stº Mº Feira)	Nº de inscrições Nº de participantes	Luís Barbosa Teresa Cardoso Sofia Silva Liliana Moura Ana Vita